Entidade do Tesouro e Finanças

UTAP
Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos



Boletim Informativo PPP

1.º Trimestre 2026

Índice

Índice **2**
Contexto e notas metodológicas **3**
Universo de Parcerias **4**
1 Síntese dos encargos líquidos **5**
2 Factos relevantes ocorridos no 1.º trimestre de 2026 ..... **6**
3 Encargos líquidos com PPP por setor **8**
3.1 Setor Rodoviário 8
3.2 Setor da Saúde 13
3.3 Setor Ferroviário 14
3.4 Setor Aeroportuário 15
3.5 Setor Portuário 15
3.6 Outros 16
4 Lista de abreviaturas e siglas **17**

Contexto e notas metodológicas

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 111/2012, de 23 de maio ("DL 111/2012"), a UTAP apresenta o Boletim Informativo do 1.º trimestre de 2026, que prossegue o objetivo de divulgar os encargos e as receitas do setor público, bem como outra informação considerada relevante no âmbito das parcerias público-privadas ("PPP" ou "Parcerias") acompanhadas por esta Unidade.

A informação apresentada no presente Boletim é recolhida junto das entidades públicas responsáveis pela gestão de cada um dos contratos.

Para efeitos da análise deste documento, importa ter em consideração o seguinte:

- O universo de PPP objeto de acompanhamento pela UTAP é necessariamente dinâmico, em função do termo ou da celebração de contratos, assim como da avaliação e confirmação dos requisitos de aplicação do DL 111/2012, pelo que a comparação entre períodos poderá estar influenciada pela inclusão e/ou exclusão de contratos no âmbito de análise.

- Os fluxos financeiros (encargos e receitas) são apresentados numa ótica de "*cash flow*" e, quando aplicável, incluem IVA.

- Os encargos brutos correspondem aos pagamentos efetuados pelo parceiro público no âmbito da execução dos contratos, designadamente, remunerações e compensações contratuais, mas também os relativos a pedidos de reequilíbrio e outros processos.

- As receitas do setor público apresentam natureza diversa em função do setor em causa e do quadro remuneratório específico, podendo decorrer da cobrança a utilizadores finais (como é o caso das taxas de portagem, nos casos em que o parceiro público detém a titularidade das mesmas), mecanismos de partilha de receitas (como ocorre em diversos setores) ou de outras circunstâncias previstas no contrato.

- Por sua vez, os encargos líquidos para o setor público resultam da diferença entre os encargos brutos e as receitas do parceiro público.

- Nos setores aeroportuário e portuário e no caso do contrato do Oceanário, os fluxos são apresentados na ótica da receita, e não dos encargos líquidos. Quando estes valores são agregados com os de outros setores, a apresentação segue a ótica de encargos líquidos, pelo que as referidas receitas são apresentadas com valor negativo.

- Para além dos fluxos efetivos do período em análise, apresentam-se, para efeitos de comparação e controlo, os respetivos desvios face ao período homólogo e ao orçamento. Os dados orçamentais têm por base os montantes inscritos no Orçamento do Estado (com respetiva repartição trimestral reportada pelos parceiros públicos), com exceção do setor portuário, tendo em conta que estas entidades não integram o setor das Administrações Públicas. Neste caso, a informação é prestada pelas Administrações Portuárias.

- Os valores apresentados foram arredondados, podendo existir pequenas discrepâncias nas somas. As variações que têm por base valores negativos são calculadas mediante a utilização do denominador em valor absoluto. Para as variações em que um dos valores é zero, não são apuradas taxas de crescimento.

Universo de Parcerias

Contratos acompanhados pela UTAP (#)



Rodoviário | 21



Saúde | 10



Ferroviário | 4



Portuário | 4



Aeroportuário | 2



Outros | 1

42 contratos PPP

No período em análise não existiram alterações no universo de Parcerias acompanhadas pela UTAP. Refira-se que são incluídos contratos já terminados que continuam a ser objeto de acompanhamento, por subsistirem matérias pendentes relacionadas com a respetiva execução.

1 Síntese dos encargos líquidos

Encargos líquidos com PPP desagregados por setor (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
Encargos líquidos	Acumulado	Peso no Total	Acumulado	Δ valor	Δ %	Acumulado	Δ valor	Δ %	2026P
Rodoviário	312 096	85%	357 938	(45 843)	(13%)	336 347	(24 252)	(7%)	949 595
Saúde	45 824	13%	51 738	(5 914)	(11%)	76 523	(30 700)	(40%)	325 098
Ferroviário	24 374	7%	13 151	11 224	85%	49 300	(24 926)	(51%)	231 234
Aeroportuário	(7 142)	(2%)	(6 561)	(581)	(9%)	(6 889)	(253)	(4%)	(13 779)
Portuário	(8 533)	(2%)	(8 079)	(453)	(6%)	(9 875)	1 342	14%	(37 353)
Outros	(390)	(0%)	(382)	(7)	(2%)	(394)	5	1%	(3 022)
TOTAL	**366 229**	**100%**	**407 804**	**(41 575)**	**(10%)**	**445 012**	**(78 783)**	**(18%)**	**1 451 773**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos e de dados inscritos no Relatório do OE2026.

Os valores dos setores Aeroportuário e Portuário e do Oceanário são apresentados na ótica de encargos líquidos, assumindo valor negativo quando existem receitas. As variações seguem a mesma ótica: um aumento das receitas corresponde a uma redução dos encargos líquidos, e vice-versa.

À luz da informação reunida, o montante de encargos líquidos com PPP suportado pelos parceiros públicos, durante o período em análise, ascendeu a 366,2 milhões de euros.

Este valor representa uma redução de 10% face ao registado no período homólogo (-41,6M€) e encontra-se 18% abaixo do valor orçamentado (-78,8M€).

Sem prejuízo das explicações mais pormenorizadas que constam das restantes secções deste documento, refira-se o seguinte:

- Relativamente ao peso individual de cada setor, destacam-se o rodoviário e o da saúde, que representam, respetivamente, cerca de 85% e 13% do total dos encargos líquidos com PPP;
- No que diz respeito à variação face ao período homólogo, destaca-se a diminuição registada no setor Rodoviário (-45,8M€);
- Em termos de execução do orçamento, destacam-se os desvios registados nos setores da saúde, ferroviário e rodoviário (-30,7M€, -24,9M€ e -24,3M€, respetivamente), os quais justificam uma parcela significativa do desvio orçamental global.

2 Factos relevantes ocorridos no 1.º trimestre de 2026

2.1 Desenvolvimentos no âmbito do procedimento tendente à concretização do novo aeroporto de Lisboa

Em janeiro de 2026, a Concessionária ANA procedeu à entrega do "Relatório do Local Selecionado e Estudo de Impacte Ambiental" relativo ao novo aeroporto de Lisboa, a que se refere a alínea b) do n.º 1 da Cláusula 46.ª do Contrato de Concessão, tendo o referido relatório sido objeto de resposta por parte do Concedente em março de 2026.

2.2 Conclusão da negociação relativa ao Contrato de Concessão da Beira Interior

Foi concluída a negociação relativa aos pedidos de reposição do equilíbrio económico-financeiro apresentados pela Concessionária da Beira Interior, referentes à aplicação dos sucessivos regimes de descontos introduzidos pelo Estado até 2024, cuja apreciação foi conduzida pela Comissão de Negociação constituída pelo Despacho n.º 10080/2020, de 29 de setembro, do (então) Coordenador da UTAP[1].

2.3 Lançamento do concurso público para a formação do Contrato de Concessão relativo ao troço Oiã-Soure da Linha de Alta Velocidade

Em janeiro de 2026, foi lançado um novo concurso público, com publicidade internacional, para a formação do contrato de concessão, em regime de parceria público-privada, da Linha Ferroviária de Alta Velocidade entre Oiã e Soure, integrada no projeto da LAV Porto-Lisboa.

2.4 Lançamento do concurso público para a formação do Contrato de Gestão do Complexo Hospitalar do Algarve

Em fevereiro de 2026, foi lançado o concurso público, com publicidade internacional e com fase de negociação das propostas, para a formação do contrato de gestão, em regime de parceria público-privada, destinado à conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, manutenção e exploração da infraestrutura do Complexo Hospitalar do Algarve.

2.5 Constituição de uma comissão de negociação referente ao Contrato de Gestão do Hospital de Todos os Santos

Através do Despacho n.º 4419/2026, de 6 de abril, da Diretora da UTAP[2], foi constituída uma comissão de negociação para acompanhamento do processo negocial relativo ao Contrato de Gestão do Hospital de Todos os Santos, na sequência da supressão do financiamento proveniente do Plano de Recuperação e Resiliência.

[1] Publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 204, de 20 de outubro de 2020. O mandato da Comissão de Negociação foi, sucessivamente, alargado e reconfigurado através do Despacho n.º 11225/2021, de 5 de novembro de 2021, do (então) Coordenador da UTAP, e do Despacho n.º 14510/2024, de 29 de novembro de 2024, da (então) Coordenadora da UTAP.
[2] Publicado no Diário da República n.º 4419/2026, II série de 06.04.2026.

2.6 Resolução de litígios

2.6.1 Subconcessão do Baixo Tejo

A Subconcessionária intentou uma ação arbitral tendo por objeto a anulação da deliberação da Subconcedente que determinou a aplicação de uma multa contratual pelo atraso na entrada em serviço das vias alargadas da A33 e do IC 20 no âmbito do Contrato de Subconcessão do Baixo Tejo[3].

2.6.2 Concessão Rodoviária Oeste

No âmbito da ação arbitral relacionada com o pedido de reposição do equilíbrio económico-financeiro formulado pela Concessionária com base nos alegados impactos associados à introdução de portagens nas Concessões Costa de Prata e Beiras Litoral e Alta, a Concessionária veio, em sede de alegações finais, requerer o pagamento do montante de 127,5M€[4].

2.6.3 Hospital de Loures

Em janeiro de 2026, a ARSLVT, em representação do Estado Português, interpôs recurso para uniformização de jurisprudência junto do Supremo Tribunal Administrativo, na sequência do acórdão daquele Tribunal que negou provimento ao recurso de revista interposto pela ARSLVT da decisão arbitral proferida na ação relativa à responsabilidade pelos encargos do tratamento de doentes com VIH/SIDA, e da subsequente decisão do Tribunal Constitucional que decidira não conhecer o objeto do recurso de fiscalização de constitucionalidade interposto.

2.6.4 Hospital de Cascais

Relativamente à ação de impugnação, intentada pela EGEst Cascais 2008, da multa contratual aplicada pela ARSLVT relativamente à matéria de informações de recursos humanos, a EGEst, na sequência da decisão do Tribunal Central Administrativo Sul (que julgou procedente o recurso interposto pela ARSLVT e revogada a sentença recorrida, julgando, assim, a ação totalmente improcedente), veio interpor recurso para uniformização de jurisprudência junto do Supremo Tribunal Administrativo, que, por decisão proferida em março de 2026, não admitiu o recurso.

2.6.5 Hospital de Vila Franca de Xira

Em março de 2026, o Tribunal Arbitral proferiu a decisão final referente ao pedido de REF apresentado pela EGEst, com fundamento nos impactos resultantes da pandemia da doença Covid-19, a qual julgou a ação parcialmente procedente e condenou o Estado Português a pagar ao parceiro privado a quantia de cerca de 12,0M€[5] [6].

[3] Segundo a informação transmitida à UTAP, a Concessionária ainda não procedeu ao pagamento da multa aplicada. Nestes termos, considera-se que o valor do risco orçamental inerente a esta contingência para o parceiro público é de 0€ (zero euros).
[4] O pedido inicial era de 89,9M€, cfr. o ponto 2.4.1 do Boletim do 1.º trimestre de 2023, disponível em https://www.etf.gov.pt/media/doc/utap/Boletim%20Trimestral%20PPP%201T2023.pdf.
[5] O pedido inicial da EGEst era de cerca de 21M€, *cfr.* o ponto 2.3.4 do Boletim do 2.º trimestre de 2024.
[6] Sem prejuízo, segundo a informação mais recente que foi transmitida à UTAP, a decisão arbitral foi objeto de retificação em junho de 2026, reduzindo o valor da compensação para 8,4 M€.

3 Encargos líquidos com PPP por setor

3.1 Setor Rodoviário

Encargos líquidos com PPP desagregados por contrato (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026				2025			Orçamento 2026			
PPP Rodoviárias	Encargos Brutos	Receitas	Encargos Líquidos	Peso do total	Encargos Líquidos	Δ valor	Δ %	Encargos Líquidos	Δ valor	Δ %	2026P
Norte	76 129	26 388	**49 741**	16%	**59 049**	(9 307)	(16%)	**43 083**	6 658	15%	107 728
Beiras Litoral e Alta	43 638	50	**43 588**	14%	**43 320**	269	1%	**43 872**	(283)	(1%)	137 497
Grande Porto	39 980	9 460	**30 519**	10%	**30 509**	11	0%	**29 797**	722	2%	78 310
Norte Litoral	28 391	5 649	**22 742**	7%	**23 571**	(829)	(4%)	**22 004**	739	3%	54 660
Algarve	22 158	(169)	**22 327**	7%	**25 269**	(2 942)	(12%)	**38 242**	(15 916)	(42%)	87 938
Interior Norte	14 390	29	**14 362**	5%	**21 904**	(7 542)	(34%)	**20 269**	(5 907)	(29%)	45 995
Grande Lisboa	19 153	6 613	**12 541**	4%	**11 627**	914	8%	**10 682**	1 858	17%	28 763
Brisa	12 387	2 592	**9 795**	3%	**(2 258)**	12 053	534%	**(2 657)**	12 452	469%	(11 641)
Travessia do Tejo	1 618	-	**1 618**	1%	**30**	1 588	5308%	**55**	1 563	2816%	(7 855)
Oeste	1 552	-	**1 552**	0%	**57**	1 495	2620%	**52**	1 500	2889%	208
Litoral Centro	478	-	**478**	0%	**10**	468	4712%	**83**	395	474%	10 506
Douro Litoral	469	-	**469**	0%	**-**	469	n.a.	**103**	366	357%	13 323
Beira Interior	99	-	**99**	0%	**5 186**	(5 087)	(98%)	**12 048**	(11 949)	(99%)	36 465
Costa de Prata	3 877	7 819	**(3 942)**	(1%)	**5 203**	(9 145)	(176%)	**(5 901)**	1 958	33%	(28 566)
Total Concessões	**264 321**	**58 431**	**205 889**	**66%**	**223 476**	**(17 586)**	**(8%)**	**211 732**	**(5 843)**	**(3%)**	**553 331**
Pinhal Interior	53 315	-	**53 315**	17%	**49 280**	4 035	8%	**53 132**	183	0%	192 143
Douro Interior	30 578	-	**30 578**	10%	**32 535**	(1 956)	(6%)	**30 477**	101	0%	89 115
Transmontana	21 829	-	**21 829**	7%	**20 174**	1 655	8%	**21 680**	150	1%	68 379
Baixo Alentejo	15 155	-	**15 155**	5%	**15 855**	(700)	(4%)	**15 165**	(10)	(0%)	44 248
Algarve Litoral	3 107	-	**3 107**	1%	**4 660**	(1 553)	(33%)	**-**	3 107	n.a.	-
Litoral Oeste	3 263	1 558	**1 706**	1%	**5 571**	(3 865)	(69%)	**1 342**	363	27%	3 070
Baixo Tejo	7 800	27 011	**(19 212)**	(6%)	**6 526**	(25 738)	(394%)	**2 820**	(22 031)	(781%)	(690)
Total Subconcessões	**135 047**	**28 569**	**106 478**	**34%**	**134 600**	**(28 122)**	**(21%)**	**124 615**	**(18 137)**	**(15%)**	**396 265**
Outros	**3**	**274**	**(272)**	**(0%)**	**(138)**	**(134)**	**98%**	**-**	**(272)**	**n.a.**	-
TOTAL	**399 370**	**87 275**	**312 096**	**100%**	**357 938**	**(45 843)**	**(13%)**	**336 347**	**(24 252)**	**(7%)**	**949 595**

Encargos líquidos com PPP desagregados por rubrica (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Rodoviárias	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
Encargos brutos	**399 370**	**100%**	**417 978**	**(18 608)**	**(4%)**	**388 970**	**10 400**	**3%**	**1 212 297**
Pagamentos por Disponibilidade	**336 003**	**84%**	**369 223**	**(33 220)**	**(9%)**	**316 823**	**19 180**	**6%**	**904 159**
Concessões	238 275	60%	261 031	(22 756)	(9%)	222 199	16 076	7%	618 685
Subconcessões [1]	97 728	24%	108 192	(10 464)	(10%)	94 624	3 104	3%	285 474
Serviço de cobrança de portagem [2]	**8 555**	**2%**	**7 792**	**763**	**10%**	**10 743**	**(2 188)**	**(20%)**	**37 779**
Pagamento por serviço [3]	**36 982**	**9%**	**32 688**	**4 294**	**13%**	**35 925**	**1 057**	**3%**	**102 398**
Compensações/REF's	**630**	**0%**	**5 639**	**(5 010)**	**(89%)**	**13 776**	**(13 146)**	**(95%)**	**55 106**
Grandes Reparações	**798**	**0%**	**2 636**	**(1 838)**	**(70%)**	**11 703**	**(10 906)**	**(93%)**	**112 856**
Decreto-Lei 87-A/2022 [4]	**16 403**	**4%**	**-**	**16 403**	**n.a.**	**-**	**16 403**	**n.a.**	-
Receitas	**87 275**	**100%**	**60 040**	**27 235**	**45%**	**52 623**	**34 652**	**66%**	**262 702**
Concessões	58 431	67%	53 288	5 143	10%	46 457	11 974	26%	234 839
Subconcessões	28 569	33%	6 609	21 960	332%	6 166	22 403	363%	27 863
Outros [5]	274	0%	143	132	92%	-	274	n.a.	-
Encargos líquidos totais	**312 096**	**n.a.**	**357 938**	**(45 843)**	**(13%)**	**336 347**	**(24 252)**	**(7%)**	**949 595**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.

Notas:
(1) O valor referente à decisão arbitral da subconcessão Algarve Litoral está a ser reportado nos pagamentos por disponibilidade.
(2) Refere-se aos pagamentos efetuados, pela IP, ao abrigo dos contratos de prestação de serviço de cobrança de taxas de portagem, no âmbito dos contratos de concessão.
(3) Refere-se à remuneração por serviço prevista nos contratos de subconcessão da IP.
(4) Refere-se aos montantes pagos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, que estabelece um regime excecional de atualização das tarifas e taxas de portagem para o ano de 2023, impactando, também, a definição das tarifas e taxas nos anos subsequentes. Não considera pagamentos efetuados à IP quando esta é titular das receitas de portagem.
(5) Inclui receitas diretas da IP (taxas de gestão e quiosques/*easytoll*).

Conforme se observa nas tabelas anteriores, os encargos líquidos do setor público com as PPP rodoviárias ascenderam, no período em análise, a 312,1 milhões de euros. Este montante corresponde a uma diminuição de 13% relativamente ao período homólogo (-45,8M€) e a um valor 7% inferior ao orçamentado (-24,3M€).

À semelhança de anos transatos, os pagamentos por disponibilidade mantiveram um peso significativo no total dos encargos brutos com as PPP rodoviárias, ascendendo a 84% desse valor. Esta situação justifica-se pelo facto de grande parte destes contratos assentar, atualmente, num modelo de remuneração essencialmente baseado na disponibilidade das vias.

Adicionalmente, verifica-se que as concessões Norte, Beiras Litoral e Alta e Grande Porto, bem como as subconcessões Pinhal Interior e Douro Interior são os contratos mais onerosos para o setor público, representando, em conjunto, aproximadamente 67% do total dos encargos líquidos com as PPP do setor.

Encargos Brutos

Relativamente aos encargos brutos, a variação face ao período homólogo (-18,6M€) explica-se, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- Diminuição dos pagamentos por disponibilidade (-33,2M€), destacando-se a diminuição dos pagamentos efetuados às concessionárias da Costa de Prata (-9,5M€), do Interior Norte (-7,9M€) e do Norte (-7,4M€), decorrente da evolução contratualmente prevista das tarifas;

- Redução dos encargos com compensações/REFs (-5,0M€), com a principal diminuição a ser registada na Beira Interior (-5,0M€), decorrente de, no período homólogo, ter sido registado um pagamento no âmbito do mecanismo de acerto anual de contas, sem paralelo no presente período;

cujos impactos foram parcialmente mitigados por:

- Execução de pagamentos às concessionárias, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 87-A/2022, de 29 de dezembro, referentes ao 3.º e 4.º trimestres de 2025, bem como acertos relativos a períodos transatos. Estes pagamentos totalizaram 16,4 milhões de euros e não tiveram paralelo no período homólogo;

- Aumento dos pagamentos por serviço (+4,3M€), com o principal aumento a ser registado na subconcessão Pinhal Interior (+3,2M€);

Por sua vez, o desvio observado relativamente ao valor orçamentado (+10,4M€) decorre, essencialmente, das seguintes circunstâncias:

- Ocorrência de pagamentos às concessionárias, no âmbito do Decreto-Lei n.º 87-A/2022 de 29 de dezembro, no valor total de 16,4 milhões de euros, que não se encontravam orçamentados. Os principais apoios são referentes às concessões Brisa (12,4M€), Travessia do Tejo (1,6M€) e Oeste (1,5M€);

- Execução superior à orçamentada dos pagamentos por disponibilidade, em 16,1 milhões de euros, principalmente justificado pela ocorrência de adiantamentos, os quais se esperam, à semelhança de anos anteriores, que sejam acertados até ao final do ano. Os principais desvios registaram-se nas concessões Norte (+8,4M€), Grande Porto (+2,4M€) e Grande Lisboa (+2,1M€);

- Execução dos pagamentos à subconcessionária do Algarve Litoral (os quais se encontram incluídos na rubrica de disponibilidade), referentes às prestações mensais[7], num total de 3,1 milhões de euros, as quais não estavam contempladas na previsão[8];

cujos efeitos foram parcialmente mitigados por força de:

- Execução da rubrica de compensações/REFs abaixo do previsto, em 13,1 milhões de euros, principalmente justificada pelo desvio verificado na concessão da Beira Interior (-12,0M€), consequência de pagamentos, ao abrigo do regime extraordinário e transitório de

[7] Em cumprimento da decisão arbitral, de março de 2021, proferida no âmbito do processo cautelar associado à ação principal de rescisão do contrato de subconcessão.

[8] Não foram previstos encargos em termos de orçamento dado que o critério que tem vindo a ser assumido pressupõe que não são consideradas estimativas de resolução de processos litigiosos. Estes processos encontram-se detalhados no capítulo 6.3. "Riscos das Responsabilidades Contingentes e do Setor Empresarial do Estado" do OE2026.

pagamento intercalar da receita previsto no Decreto-Lei n.º 119/2024, de 31 de dezembro, em montante inferior;

- Execução de grandes reparações abaixo do previsto, em 10,9 milhões de euros, justificada pela superior expetativa de execução por parte do IMT - entidade com responsabilidade quanto a esta matéria[9]. Os principais desvios foram registados nas concessões Algarve (-5,5M€) e Interior Norte (-5,3M€).

Encargos brutos com PPP desagregados por contrato (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
Encargos Brutos	**AC 2026**	**Peso no total**	**AC 2025**	**Δ valor**	**Δ %**	**AC 2026P**	**Δ valor**	**Δ %**	**2026P**
Norte	76 129	19%	83 664	(7 535)	(9%)	68 487	7 643	11%	206 432
Beiras Litoral e Alta	43 638	11%	45 995	(2 356)	(5%)	43 872	(233)	(1%)	137 497
Grande Porto	39 980	10%	39 194	786	2%	38 770	1 209	3%	119 349
Norte Litoral	28 391	7%	27 864	527	2%	26 441	1 951	7%	81 637
Algarve	22 158	6%	19 963	2 195	11%	28 291	(6 133)	(22%)	77 987
Interior Norte	14 390	4%	22 956	(8 566)	(37%)	19 727	(5 336)	(27%)	45 452
Grande Lisboa	19 153	5%	17 641	1 513	9%	16 891	2 262	13%	51 235
Brisa	12 387	3%	-	12 387	n.a.	-	12 387	n.a.	-
Costa de Prata	3 877	1%	14 204	(10 327)	(73%)	3 371	507	15%	15 934
Travessia do Tejo	1 618	0%	30	1 588	5308%	55	1 563	2816%	(7 855)
Oeste	1 552	0%	57	1 495	2620%	52	1 500	2889%	208
Litoral Centro	478	0%	10	468	4712%	83	395	474%	10 506
Douro Litoral	469	0%	-	469	n.a.	103	366	357%	13 323
Beira Interior	99	0%	5 186	(5 087)	(98%)	12 048	(11 949)	(99%)	36 465
Total Concessões	**264 321**	**66%**	**276 764**	**(12 443)**	**(4%)**	**258 189**	**6 131**	**2%**	**788 170**
Pinhal Interior	53 315	13%	50 077	3 238	6%	53 132	183	0%	192 143
Douro Interior	30 578	8%	32 535	(1 956)	(6%)	30 506	72	0%	89 144
Transmontana	21 829	5%	20 325	1 504	7%	21 744	85	0%	68 443
Baixo Alentejo	15 155	4%	15 855	(700)	(4%)	15 165	(10)	(0%)	44 248
Baixo Tejo	7 800	2%	10 509	(2 710)	(26%)	7 095	704	10%	20 850
Litoral Oeste	3 263	1%	7 249	(3 985)	(55%)	3 139	124	4%	9 299
Algarve Litoral	3 107	1%	4 660	(1 553)	(33%)	-	3 107	n.a.	-
Total Subconcessões	**135 047**	**34%**	**141 209**	**(6 162)**	**(4%)**	**130 781**	**4 266**	**3%**	**424 128**
Outros [(1)]	**3**	**0%**	**5**	**(3)**	**(50%)**	**-**	**3**	**n.a.**	**-**
TOTAL	**399 370**	**100%**	**417 978**	**(18 608)**	**(4%)**	**388 970**	**10 400**	**3%**	**1 212 297**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela IP.
Nota: (1) Inclui encargos diretos da IP.

[9] O âmbito da atuação da IP nesta matéria refere-se à orçamentação (também de acordo com instruções do IMT) e pagamento dos valores de grandes reparações, os quais são aprovados pelo IMT.

Receitas

Relativamente às receitas, a variação face ao período homólogo (+27,2M€) explica-se, sobretudo, pelos seguintes fatores:

- Ocorrência de um pagamento fixo da subconcessionária do Baixo Tejo, o qual totalizou 22,8 milhões de euros, sem paralelo no período homólogo;
- Ocorrência, no período homólogo, de uma regularização (através de pagamento) no âmbito do mecanismo contratual de partilha de benefícios das receitas de portagem da concessão Algarve, referentes ao ano 2023, a qual totalizou 7,5 milhões de euros.

Por sua vez, o desvio observado relativamente ao valor orçamentado (+34,7M€) decorre, essencialmente, das seguintes circunstâncias:

- Execução do pagamento da subconcessionária do Baixo Tejo, no valor de 22,8 milhões de euros, o qual não se encontrava orçamentado;
- Execução abaixo do orçamentado do mecanismo contratual de partilha de benefícios das receitas de portagem da concessão Algarve, a qual representou um desvio de 9,8M€.

Receitas com PPP desagregadas por contrato[10] (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
Receitas	**AC 2026**	**Peso no total**	**AC 2025**	**Δ valor**	**Δ %**	**AC 2026P**	**Δ valor**	**Δ %**	**2026P**
Receitas de Portagem	**64 505**	**74%**	**60 040**	**4 465**	**7%**	**52 623**	**11 882**	**23%**	**255 629**
Norte	26 388	30%	24 616	1 772	7%	25 404	985	4%	98 703
Grande Porto	9 460	11%	8 686	775	9%	8 973	487	5%	41 039
Costa de Prata	7 819	9%	9 001	(1 182)	(13%)	9 271	(1 452)	(16%)	44 500
Grande Lisboa	6 613	8%	6 014	599	10%	6 209	404	7%	22 472
Norte Litoral	5 649	6%	4 293	1 356	32%	4 437	1 212	27%	26 977
Brisa	2 592	3%	2 258	334	15%	2 657	(65)	(2%)	11 641
Beiras Litoral e Alta	50	0%	2 675	(2 625)	(98%)	-	50	n.a.	-
Interior Norte	29	0%	1 052	(1 023)	(97%)	(542)	571	105%	(542)
Algarve	(169)	0%	(5 306)	5 137	97%	(9 952)	9 782	98%	(9 952)
Total Concessões	**58 431**	**67%**	**53 288**	**5 143**	**10%**	**46 457**	**11 974**	**26%**	**234 839**
Baixo Tejo	4 241	5%	3 983	258	6%	4 276	(34)	(1%)	14 467
Litoral Oeste	1 558	2%	1 678	(120)	(7%)	1 797	(239)	(13%)	6 230
Pinhal Interior	-	0%	797	(797)	(100%)	-	-	n.a.	-
Transmontana	-	0%	151	(151)	(100%)	64	(64)	(100%)	64
Douro Interior	-	0%	-	-	n.a.	29	(29)	(100%)	29
Total Subconcessões	**5 799**	**7%**	**6 609**	**(810)**	**(12%)**	**6 166**	**(367)**	**(6%)**	**20 790**
Outros [(1)]	**274**	**0%**	**143**	**132**	**92%**	**-**	**274**	**n.a.**	**-**
Pagamentos Fixos	**22 770**	**26%**	**-**	**22 770**	**n.a.**	**-**	**22 770**	**n.a.**	**7 073**
Baixo Tejo	22 770	26%	-	22 770	n.a.	-	22 770	n.a.	7 073
Litoral Oeste	-	0%	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
TOTAL	**87 275**	**100%**	**60 040**	**27 235**	**45%**	**52 623**	**34 652**	**66%**	**262 702**

[10] Valores negativos representam um saldo deficitário entre as receitas de portagem registadas e os pagamentos efetuados no âmbito do mecanismo de partilha de benefícios do serviço de cobrança de taxas de portagem.

3.2 Setor da Saúde

Encargos líquidos com PPP desagregados por rubrica (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Saúde	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
EGEst	**33 143**	**72%**	**41 071**	**(7 928)**	(19%)	**34 387**	**(1 243)**	**(4%)**	**151 961**
Pagamentos Contratuais [(1)]	32 985	72%	32 433	553	2%	33 730	(745)	(2%)	149 336
Protocolos/outros	158	0%	8 638	(8 480)	(98%)	656	(498)	(76%)	2 625
EGEd	**12 680**	**28%**	**10 667**	**2 013**	19%	**42 136**	**(29 456)**	**(70%)**	**173 136**
Pagamentos Contratuais [(1)]	12 919	28%	10 667	2 252	21%	10 011	2 908	29%	44 635
Outros	(238)	(1%)	-	(238)	n.a.	32 125	(32 364)	(101%)	128 501
Encargos Totais	**45 824**	**100%**	**51 738**	**(5 914)**	(11%)	**76 523**	**(30 700)**	**(40%)**	**325 098**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.
Notas: (1) Inclui todos os pagamentos contratualmente previstos realizados no período.

Encargos líquidos com PPP desagregados por contrato (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Saúde	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
Hospital de Cascais	**37 293**	**81%**	**44 431**	**(7 138)**	**(16%)**	**40 384**	**(3 091)**	**(8%)**	**177 452**
EGEst 2022	33 142	72%	33 084	58	0%	34 387	(1 245)	(4%)	151 961
EGEst 2008	-	-	7 924	(7 924)	(100%)	-	-	n.a.	-
EGEd	4 151	9%	3 423	729	21%	5 997	(1 846)	(31%)	25 491
Hospital de Braga	**2 648**	**6%**	**1 872**	**776**	**41%**	**1 903**	**745**	**39%**	**8 412**
EGEst	-	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
EGEd	2 648	6%	1 872	776	41%	1 903	745	39%	8 412
Hospital de Loures	**3 621**	**8%**	**3 842**	**(221)**	**(6%)**	**3 843**	**(222)**	**(6%)**	**16 984**
EGEst	2	0%	63	(61)	(98%)	-	2	n.a.	-
EGEd	3 620	8%	3 780	(160)	(4%)	3 843	(224)	(6%)	16 984
Hospital de Vila Franca de Xira	**2 261**	**5%**	**1 592**	**669**	**42%**	**1 619**	**642**	**40%**	**7 156**
EGEst	-	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
EGEd	2 261	5%	1 592	669	42%	1 619	642	40%	7 156
Hospital de Lisboa Oriental	**-**	**-**	**-**	**-**	**n.a.**	**28 773**	**(28 773)**	**(100%)**	**115 093**
EGEd	-	-	-	-	n.a.	28 773	(28 773)	(100%)	115 093
TOTAL	**45 824**	**100%**	**51 738**	**(5 914)**	**(11%)**	**76 523**	**(30 700)**	**(40%)**	**325 098**
EGEst	**33 143**	**72%**	**41 071**	**(7 928)**	**(19%)**	**34 387**	**(1 243)**	**(4%)**	**151 961**
EGEd	**12 680**	**28%**	**10 667**	**2 013**	**19%**	**42 136**	**(29 456)**	**(70%)**	**173 136**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Conforme se observa nas tabelas anteriores, os encargos líquidos do setor público com as parcerias do setor da saúde ascenderam a 45,8 milhões de euros no período em análise. Este montante corresponde a uma diminuição de 11% relativamente ao período homólogo (-5,9M€) e encontra-se 40% abaixo do orçamentado (-30,7M€).

A variação face ao período homólogo explica-se, sobretudo, por:

- Ocorrência, no período homólogo, de um pagamento à EGEst Cascais 2008, no valor de 10,2 milhões de euros, no seguimento da decisão final proferida no 3º trimestre de 2024, que julgou parcialmente procedente o pedido de REF peticionado pela Entidade Gestora, em virtude da pandemia COVID-19;

cujos efeitos foram parcialmente mitigados por força de:

- Ocorrência de pagamentos de reconciliação no valor de 2,9 milhões de euros, a favor das Entidades Gestoras dos Edifícios dos complexos hospitalares de Cascais, Braga e Vila Franca de Xira;

- Ocorrência, no período homólogo, de um recebimento relativo ao contrato da EGEst Cascais 2008, no valor total de 2,3 milhões de euros, o qual representou um acerto de contas referente ao protocolo para a prestação de cuidados em ambulatório a doentes com VIH/SIDA durante o período compreendido entre 2019 e 2022.

Por sua vez, o desvio observado relativamente ao valor orçamentado decorre, essencialmente, da não ocorrência dos pagamentos à EGEd do Hospital de Lisboa Oriental, ao abrigo do Plano de Recuperação e Resiliência, os quais estavam orçamentados em 28,8 milhões de euros.

3.3 Setor Ferroviário

Encargos líquidos com PPP desagregados por contrato (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Ferroviárias	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
Subconcessão Metro do Porto	22 378	92%	9 448	12 930	137%	24 781	(2 402)	(10%)	100 483
Concessão do MST	1 996	8%	3 702	(1 706)	(46%)	1 913	83	4%	7 809
Concessão Eixo Norte/Sul	-	-	-	-	n.a.	-	-	n.a.	-
Concessão PPP1 - LAV	-	-	-	-	n.a.	22 607	(22 607)	(100%)	122 942
TOTAL	**24 374**	**100%**	**13 151**	**11 224**	**85%**	**49 300**	**(24 926)**	**(51%)**	**231 234**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas entidades gestoras dos contratos.

Conforme se observa na tabela anterior, os encargos líquidos do setor público com as parcerias do setor ferroviário ascenderam a 24,4 milhões de euros no período em análise. Este montante corresponde a um aumento de 85% relativamente ao período homólogo e a um valor 51% abaixo do orçamentado.

A variação face ao período homólogo explica-se, sobretudo, por:

- Aumento dos encargos registados na subconcessão Metro do Porto, em 12,9 milhões de euros, o qual é justificado *(i)* pela atualização da fórmula de remuneração da subconcessionária, resultante da negociação da prorrogação do respetivo contrato de subconcessão e *(ii)* por um maior número de pagamentos efetuados, os quais serão, expectavelmente, e à semelhança de anos anteriores, acertados até ao final do ano.

cujos efeitos foram parcialmente mitigados por força da diminuição de encargos verificada na concessão do MST, em 1,7 milhões de euros, decorrente de uma compensação por insuficiência de tráfego inferior à registada no período homólogo.

Por sua vez, o desvio observado relativamente ao valor orçamentado decorre, essencialmente, *(i)* da não ocorrência de quaisquer pagamentos referentes à concessão PPP1 – LAV, os quais estavam orçamentados em 22,6 milhões de euros, bem como *(ii)* do desvio registado na subconcessão da Metro do Porto, o qual totalizou 2,4 milhões de euros.

3.4 Setor Aeroportuário

Receitas com PPP (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2024			
PPP Aeroportuário	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
ANA	7 142	100%	6 561	581	9%	6 889	253	4%	13 779
TOTAL	**7 142**	**100%**	**6 561**	**581**	**9%**	**6 889**	**253**	**4%**	**13 779**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ETF.

A receita do setor aeroportuário[11], a qual resulta do mecanismo contratual de partilha de receitas entre a ANA (concessionária de ambos os contratos) e o parceiro público, totalizou, no período em análise, 7,1 milhões de euros.

O acréscimo de 0,6 milhões de euros face ao período homólogo deve-se ao aumento do número de passageiros transportados e de aeronaves movimentadas, o qual resultou num incremento da receita das concessões aeroportuárias e, consequentemente, na partilha de um valor superior com o parceiro público.

O desvio das receitas face ao valor orçamentado é, de igual forma, justificado pelo desempenho das concessões acima do previsto.

3.5 Setor Portuário

Receitas com PPP desagregadas por contrato (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
PPP Portuárias	AC 2026	Peso no total	AC 2025	Δ valor	Δ %	AC 2026P	Δ valor	Δ %	2026P
Porto de Douro e Leixões	**6 963**	**82%**	**6 480**	**483**	**7%**	**6 778**	**185**	**3%**	**24 965**
Terminal de Contentores de Leixões	6 200	73%	5 678	522	9%	5 861	339	6%	21 823
Terminal de Carga a Granel de Leixões	763	9%	802	(39)	(5%)	917	-154	(17%)	3 141
Porto de Lisboa	**1 234**	**14%**	**1 177**	**57**	**5%**	**1 069**	**165**	**15%**	**4 275**
Terminal de Contentores de Alcântara	1 234	14%	1 177	57	5%	1 069	165	15%	4 275
Porto de Sines	**336**	**4%**	**422**	**(86)**	**(20%)**	**2 029**	**(1 692)**	**(83%)**	**8 114**
Terminal de Contentores de Sines XXI	336	4%	422	(86)	(20%)	2 029	-1 692	(83%)	8 114
TOTAL	**8 533**	**100%**	**8 079**	**453**	**6%**	**9 875**	**(1 342)**	**(14%)**	**37 353**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pelas Administrações Portuárias, inclusive a previsão 2026P.

O valor acumulado das receitas auferidas, no período em análise, pelas Administrações Portuárias, relativamente aos terminais portuários operados por concessionários em regime de PPP, ascendeu a 8,5 milhões de euros, valor 6% acima do registado no período homólogo (+0,5M€) e 14% abaixo do orçamentado (-1,3M€).

[11] O conjunto de parcerias acompanhadas pela UTAP no setor aeroportuário contempla dois contratos de concessão de serviço público aeroportuário, ambos tendo a ANA como parceiro privado: *(i)* contrato para os aeroportos situados em Portugal Continental e na Região Autónoma dos Açores e *(ii)* contrato para os aeroportos situados na Região Autónoma da Madeira.

3.6 Outros

Receitas com PPP (janeiro – março)

Valores em milhares de euros	2026		2025			Orçamento 2026			
Outros	**AC 2026**	**Peso no total**	**AC 2025**	**Δ valor**	**Δ %**	**AC 2026P**	**Δ valor**	**Δ %**	**2026P**
Oceanário	390	100%	382	7	*2%*	394	(5)	(1%)	3 022
TOTAL	**390**	**100%**	**382**	**7**	**2%**	**394**	**(5)**	**(1%)**	**3 022**

Fonte: UTAP, a partir de dados disponibilizados pela ETF.

O valor dos pagamentos realizados pelo Oceanário ao parceiro público ascendeu, no período em análise, a 0,4 milhões de euros, o qual corresponde a uma execução 1% abaixo do orçamentado.

Em comparação com o período homólogo, registou-se um aumento de 2% do valor da receita entregue ao parceiro público, justificado pela atualização da componente fixa dessa remuneração, de acordo com o estabelecido contratualmente.

4 Lista de abreviaturas e siglas

2026P	Previsão para 2026 inscrita no Relatório do OE2026
AC 2025	Acumulado 2025 (no ano de 2025)
AC 2026	Acumulado 2026 (no ano de 2026)
AC 2026 P	Acumulado Previsão 2026
ANA	ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.
ARSLVT	Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
ARSNorte	Administração Regional de Saúde do Norte
Cfr.	Conforme
EGEd	Entidade Gestora do Edifício
EGEst	Entidade Gestora do Estabelecimento
EGEst Braga	Escala Braga – Entidade Gestora do Estabelecimento, S.A. ou EG Estabelecimento do Hospital de Braga
EGEst Cascais 2008	Lusíadas Saúde – Parcerias Cascais, S.A. ou EG Estabelecimento do Hospital de Cascais
EGEst Cascais 2022	Galo Saúde - Parcerias Cascais, S.A.
EGEst Vila Franca de Xira	Escala Vila Franca – Sociedade Gestora do Estabelecimento, S.A. ou EG Estabelecimento do Hospital de Vila Franca de Xira
EGEst Loures	SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A. ou EG Estabelecimento do Hospital de Loures
ETF	Entidade do Tesouro e Finanças
HCA	Hospital Central do Algarve
HLO	Hospital de Lisboa Oriental
IP	Infraestruturas de Portugal, S.A.
IVA	Imposto sobre o Valor Acrescentado
LAV	Nova linha ferroviária de alta velocidade de passageiros entre as cidades do Porto e de Lisboa
Metro do Porto	Sistema de metro ligeiro da área metropolitana do Porto
MST	Metropolitano ligeiro da margem sul do Tejo
OE2026	Orçamento do Estado para 2026
PPP	Parceria Público-Privada
REF	Reposição do equilíbrio financeiro
SCUT	Sem Custos para os Utilizadores
UTAP	Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos